
PROPOSTA DE ESTUDO DOS GRUPOS DE ORIGEM SERVIL NA LUSITÂNIA
ROMANA:
FONTES E PROBLEMÁTICAS

Sílvia Teixeira¹

RESUMO

A importância dos grupos servis no desenvolvimento da sociedade lusitano-romana ultrapassa o âmbito económico, afirmando-se a escravatura como instituição social e cultural. Porém, verifica-se uma escassez de trabalhos sobre os grupos servis dessa província, que inspirou o projecto de doutoramento da autora, assente no estudo dos elementos pertinentes ao meio servil. Este artigo faz uma análise crítica dos seus problemas e particularidades, sobretudo da epigrafia, complementada pelos dados literários e arqueológicos. O debate da legitimidade dos critérios de identificação epigráfica dos escravos e libertos e fiabilidade da sua representação na cultura escrita e material ilustra a complexidade desses estatutos sociojurídicos no tocante aos elementos diferenciadores entre si e face aos restantes grupos da sociedade romana, realçando a importância de uma abordagem global do fenómeno e da aplicação conjunta dos critérios disponíveis.

PALAVRAS-CHAVE: grupos servis, sociedade lusitano-romana, epigrafia, escritos clássicos, registo arqueológico.

ABSTRACT

The importance of servile groups in the development of the Lusitanian-Roman society goes beyond the economic scope, with slavery asserting itself as a social and cultural institution. However, there are few works on the subject of the servile groups of the province, which has inspired the Ph. D. project of the author, based on the study of the elements regarding the servile environment. This article provides a critical analysis of their issues and particularities, especially of the epigraphy, complemented by the literary and archaeological information. The debate on the legitimacy of the criteria for identifying slaves and freedmen on the epigraphy and the reliability of their depiction on the written and material culture illustrates the complexity of these socio-juridical conditions regarding the elements that set them apart both from one another and the other groups of the Roman society, emphasizing the importance of a global approach and the combined use of the available criteria.

KEYWORDS: servile groups, Lusitanian-Roman society, epigraphy, classical literature, archaeological record.

RESUMEN

La importancia de los grupos serviles en el desarrollo de la sociedad lusitano-romana va mas allá del ámbito económico, afirmándose la esclavitud como institución social y cultural. Sin embargo, tenemos pocos trabajos con respecto a los grupos serviles de la provincia, lo que inspiró el proyecto de Doctorado de la autora, basado en el estudio de los elementos relacionados con el medio servil. Este artículo hace un análisis crítico de sus problemas y

¹ Bolseira de Doutoramento FCT-UNIARQ - Universidade de Lisboa. E-mail: silvia_teixeira16@yahoo.com.

particularidades, sobre todo de la epigrafía, complementada por los datos literarios y arqueológicos. El debate de la legitimidad de los criterios de identificación epigráfica de los esclavos y libertos y de la fiabilidad de su representación en la cultura escrita y material ilustra la complejidad de estos rangos socio-jurídicos en cuanto a los elementos que los distinguen unos de otros y de los otros grupos de la sociedad romana, enfatizando la importancia de un enfoque global y del uso combinado de los criterios disponibles.

PALABRAS CLAVE: grupos serviles, sociedad lusitano-romana, epigrafía, literatura clásica, registro arqueológico.

1. BREVE HISTORIAL DE INVESTIGAÇÃO DAS TEMÁTICAS

Os primórdios do estudo do repertório epigráfico da Lusitânia remontam ao século XVI, período em que se assistiu ao despontar do interesse pelas inscrições enquanto testemunhos do passado humano, e, desde então, estas têm vindo a ser utilizadas como fontes para o melhor conhecimento das percepções e vivências das comunidades lusitano-romanas. A compilação das epígrafes em volumes mais ou menos abrangentes, cujos primórdios datam do século XIX, tem inspirado diversos trabalhos que evidenciam o potencial informativo da epigrafia para a construção da história dessa província sob diversos aspectos². Contudo, as realidades servis da Lusitânia têm sido escassamente estudadas, não obstante o interesse dessas temáticas para os historiadores da Antiguidade Clássica, que têm vindo a se debruçar sobre elas desde os séculos XVII-XVIII, sob a influência das condicionantes político-sociais e ideológicas de cada época, que acabariam por moldar as perspectivas dos investigadores que tratavam essas realidades, nomeadamente a massificação da fé cristã e o movimento abolicionista (FINLEY, 1992 p. 12; 18).

Destaca-se o aumento desses trabalhos na Europa durante a segunda metade do século XX (WESTERMANN, 1955; ALFÖLDY, 1972; WIEDEMANN, 1981 e 1997; BRADLEY, 1987 e 1994; FINLEY, 1992), tendo o Marxismo constituído um dos principais impulsos para o estudo da escravatura nesse período, com base na sua concepção deste fenómeno como um dos estádios da evolução económica de todas as sociedades humanas (WIEDEMANN, 1981; 1997). Nesse contexto histórico-cultural, a escravatura era entendida pelos historiadores da Antiguidade Clássica como a raiz de todos os fenómenos da vida material e cultural desse período (FINLEY, op.cit., p. 39-40; WIEDEMANN, 1997, p. 5).

O interesse dos investigadores europeus por essas realidades viria também a encontrar expressão na criação do *Groupe de Recherches sur l'Esclavage depuis l'Antiquité* (GIREA), uma associação internacional de investigadores europeus que, desde 1970, se tem dedicado à organização de colóquios anuais e publicação das respectivas actas. A sua abordagem do fenómeno da escravatura revela-se abrangente no que diz respeito a locais, cronologias e tópicos, incluindo a Hispânia romana, com destaque para as contribuições de G. Fabre (1976) e E. Morales (2004). Porém, considerando a organização territorial da Hispânia, constatamos que a representação da Lusitânia é quase nula face às províncias restantes, sobretudo as partes NW e NE da Tarraconense.

De fato, essas realidades têm sido maioritariamente estudadas no âmbito mais lato da Hispânia romana (MANGAS, 1971; FABRE, 1976 e 1981; SERRANO, 1988; CRESPO, 2009-10;

² Destaca-se a publicação dos trabalhos das Mesas-Redondas Internacionais sobre a Lusitânia romana, com início em 1989, entre os quais Rodríguez e Gorges, 1999; Gorges e Nogales, 2000.

HERNÁNDEZ, 2014), merecendo referência a obra de J. Mangas (1971), que, apesar do seu caráter pioneiro, viria a revelar-se maculada pela questionável legitimidade de alguns dos critérios usados na identificação epigráfica de escravos e libertos (FABRE e ÉTIENNE, 1976). Verifica-se uma nítida escassez de estudos concernentes aos escravos e libertos da Lusitânia (HELENO, 1933; PINTADO, 1998), o que não poderá ser dito para as restantes províncias. Mesmo na obra de M. Heleno (1933, p. 47-65), que aborda o fenômeno da escravatura no período romano, a maior parte das considerações diz respeito à globalidade da Hispânia, embora o título pareça sugerir o foco do autor no território da Lusitânia.

No contexto peninsular, os trabalhos que têm vindo a ser apresentados denotam restrições de diversa natureza, quer no tocante às fontes utilizadas, recorrendo unicamente à epigrafia, quer aos grupos sociais analisados. Com exceção de trabalhos como o de J. Mangas (1971), fazendo uso de uma abordagem mais global, alguns debruçam-se sobre os escravos (CRESPO, 2009-10) e outros dirigem o foco para os libertos (FABRE, 1976 e 1981; SERRANO, 1988; HERNÁNDEZ, 2014), atribuindo-lhes a merecida importância no quadro das realidades sociais da Hispânia. De fato, o estudo dos libertos na Hispânia não tem sido desvalorizado em prol de uma maior ênfase na escravatura, como terá sido corrente entre os investigadores europeus do século XX, cuja abordagem da condição liberta se circunscreve a breves referências no âmbito da transição entre ambos os estatutos.

Atendendo ao desenvolvimento do panorama de investigação referido, o trabalho proposto demarca-se pelo seu âmbito geográfico, linhas metodológicas e perspectivas de investigação, procurando fornecer um estudo integrado do fenômeno, para o qual aporta ainda os contributos de natureza literária e arqueológica, embora mantendo o foco na documentação epigráfica. Do ponto de vista temático, a escolha dos grupos em estudo prende-se com o seu importante papel na dinâmica das sociedades romanas: a escravatura é tida como a base da sua organização social e fonte de mão de obra nas atividades económicas, enquanto a influência dos libertos ter-se-á afirmado particularmente na esfera pública, sendo o papel multidimensional dos grupos servis – e não apenas no plano económico – um aspecto destacado pelos autores que têm abordado essas realidades (MANGAS, 1971; WIEDEMANN, 1981 e 1997; BRADLEY, 1994; JOLY, 2005; HERNÁNDEZ, 2014).

2. A DOCUMENTAÇÃO EPIGRÁFICA

A legitimidade dos critérios de identificação de escravos e libertos nas epígrafes continua a ser uma das questões mais debatidas no estudo dos grupos de origem servil da Hispânia. Esta afigura-se particularmente pertinente, dado que uma das principais linhas de ação desse projeto passa pela inventariação e organização do repositório epigráfico, que agregará todas as inscrições pertinentes a esse tema, no contexto espacial e temporal proposto, incluindo a concepção dos critérios de seleção e exclusão das epígrafes. Esse processo encontra-se atualmente em curso, tendo, até ao momento, sido compilado um rol de inscrições que aponta para a importância desses grupos nas dinâmicas económicas e comerciais da província, não sendo ainda despicienda a atuação destes em âmbito votivo, que, embora modesta, terá constituído uma forma de expressão desses indivíduos e de reforço dos seus sentimentos de coesão e pertença, numa sociedade provincial em constante mutação (TEIXEIRA, 2017, p. 1161-62).

Outros aspectos que serão analisados incluem a origem e/ou distribuição geográfica dos escravos e libertos, seu papel na vida político-administrativa da província e suas relações familiares e

sociais, incluindo com os donos e as suas eventuais “famílias”, um ponto muito discutido na literatura dessas temáticas (MANGAS, 1971; BRADLEY, 1987 e 1994; WIEDEMANN, 1997; JOLY, 2005; EDMONDSON, 2011), atribuindo a esses laços um carácter mutável e multidimensional, e reconhecendo o seu potencial para influenciar a organização sociopolítica das cidades.

A abordagem desses tópicos seguirá, de forma geral, uma perspectiva comparativa no concernente às várias esferas de análise, atendendo à diversidade e especificidades do território proposto, bem como à ideia da dicotomia entre mundo urbano e rural (por exemplo, ALARCÃO, 2002), analisando, assim, as diferentes dinâmicas do fenómeno no seio da *familia urbana* e *rústica*. Particularmente nas cidades consideradas mais prósperas, a presença significativa de indivíduos do meio servil manifesta-se em ambos os domínios, revelando a nítida integração destes na norma sociocultural romana, sendo a epigrafia de *Pax Iulia* (Beja, Portugal) um exemplo dessa situação (ENCARNAÇÃO, 2015, p. 28).

Com base nesse repertório epigráfico, podemos então proceder à discussão dos problemas inerentes aos critérios utilizados para identificar os escravos e libertos nas epígrafes. Entre os aspectos de análise em que podemos observar alguns desses problemas, cabe referir as estruturas onomásticas dos indivíduos, a origem dos seus nomes, a presença de relações familiares ou de afinidade com outros indivíduos nas epígrafes e a indicação de atividades ou profissões.

2.1. A ESTRUTURA E ORIGEM ONOMÁSTICA

Sendo a identificação epigráfica desses indivíduos feita por meio de expressões como *servus* e *libertus* – incluindo, para os escravos, outras designações como *alumnus*, *ancilla*, *domesticus*, *puer* e *verna* (MANGAS, 1971, p. 28) –, o primeiro problema que se levanta passa pela frequente omissão dessas designações, sobretudo a partir de finais do século I d. C. Essa situação afigura-se comum na epigrafia da Hispânia, na qual muitos escravos e libertos não se identificam claramente como tal (ENCARNAÇÃO, 1984, p. 765), algo que tem sido confirmado no decurso do processo de levantamento epigráfico, em que os indivíduos que indicam claramente a sua pertença ao meio servil constituem uma minoria. Na mesma altura, generaliza-se a omissão da filiação em indivíduos nascidos livres (LÓPEZ, 1993, p. 52), sendo esta considerada um elemento distintivo da condição de *ingenuus* e, portanto, inevitavelmente ausente da identificação dos grupos servis.

Isso pode criar uma certa ambiguidade na distinção de escravos e libertos face a outros grupos, como os *peregrini*, integrantes da população autóctone, que, tal como os escravos, também se identificam por meio de nome único, além de que também existem escravos e libertos com nomes indígenas. Da mesma forma, os libertos podem ter nome único, e não obrigatoriamente *duo* ou *tria nomina* (anterior nome de escravo mais o prenome e/ou gentílico do patrono)³, como é habitual nesse grupo. Por outro lado, mesmo os libertos que apresentam *tria nomina* poderão ser confundidos com os indivíduos nascidos livres, já que ambos podem apresentar três nomes latinos sem filiação (ENCARNAÇÃO, 1984, p. 769), como demonstrado numa inscrição de S. Miguel da Mota, em que a condição sociojurídica do indivíduo registrado não pode ser seguramente definida⁴.

³ AE 1950, 212 (S. Salvador de Aramenha, Marvão): Iovi / Sacrum / Faustus / Bassi lib(ertus) / a(nimo) l(ibens). v(otum) s(olvit). O indivíduo identifica-se apenas como Faustus, seguido da identificação do patrono.

⁴ CIL II 135 (S. Miguel da Mota, Terena, Alandroal): Endovollico / Sacrum Mar/cus Iulius / Proculus / animo li/bens votum / solvit.

Por seu lado, tampouco a origem antroponímica desses indivíduos está isenta de problemas, sobretudo a tendência de associação dos nomes greco-orientais a indivíduos de origem servil, corrente em grande parte da literatura dessas temáticas⁵. Isso porque a atribuição desses nomes pode ainda refletir um hábito cultural, nomeadamente a sobrevivência de uma população de colonos do Mediterrâneo oriental ou dos seus descendentes (ENCARNAÇÃO, 1984, p. 769), como ilustrado numa epígrafe de Mérida⁶, registrando um indivíduo de presumível origem oriental, a ver pela indicação da sua filiação, que o distingue de um escravo, não obstante o seu nome único.

Por seu lado, J. Mangas (1971, p. 38) entende que a atribuição desses nomes a escravos tem sempre um propósito subjacente, nomeadamente o de designar um indivíduo detentor de características ou habilidades semelhantes às de um grego. Por meio do ato de atribuição do nome, os proprietários e comerciantes de escravos pretendiam realçar a diferença entre os seus escravos e indivíduos livres, realçando as capacidades daqueles.

Além disso, devemos ter em conta que os escravos e libertos podem apresentar nomes de origem latina, o que ocorre com frequência no Sul do território atualmente português, como ilustrado por várias inscrições, sendo o uso de nomes gregos não muito frequente nessa parte do território (ENCARNAÇÃO, 1984, p. 766-67). Também o conjunto de inscrições pertinentes aos grupos de origem servil de Mérida se caracteriza pela prevalência dos nomes latinos (JIMÉNEZ, 1997, p. 742). Por fim, embora seja mais raro, também se verifica a atribuição de nomes indígenas a escravos e libertos, como mostram dois exemplos epigráficos, um da região de Cáceres⁷ e outro de Mérida⁸.

2.2. OS CRITÉRIOS DAS RELAÇÕES INTERPESSOAIS E PROFISSÕES

Além das estrutura e origem dos nomes, temos também outros critérios de identificação de escravos e libertos que podem ser problemáticos, como é o caso dos indivíduos colocados nessas categorias devido a relações de parentesco ou afinidade com escravos ou libertos nas inscrições. Esse critério é tornado problemático pela dificuldade de distinção face a outros grupos, já que os escravos podiam se unir tanto a outros escravos quanto a pessoas livres, embora com bastante restrições, além de que essas uniões nunca seriam reconhecidas como matrimônios legítimos. Nesse sentido, não estando as famílias no seio dos grupos servis protegidas pela legitimidade legal da tradicional *família* romana, os donos não tinham a obrigação de manter os membros da família unidos, ou de estender a manumissão de um escravo aos membros restantes.

⁵ Para referir apenas alguns exemplos: Mangas, 1971; Encarnação, 1984; Serrano, 1988; Hernández, 2014.

⁶ AE 1993, 906 (Mérida, Badajoz): D(is) M(anibus) s(acrum) / Philetus / Phileti / filius / ann(or)um VIII / h(ic) s(itus) (es)t.

⁷ HEp 13, 2003/04, 251 (Plasenzuela, Cáceres): Mela/manius / Toutri / lib(ertus) an(norum) IC / [-c.2-] est.

⁸ CIL II 550 (Mérida, Badajoz): Corocuta Tutilio[rum] / Pontiani et Luperc[us] / ser(va vel -vus) ann(or)um XL[- -] / h(ic) s(ita vel -itus) e(st) s(it) t(ibi) [t(erra) l(evis)] / Tut[us]ilia Alb[- -] / mater an(norum) - - - / h(ic) s(ita) e(st) s(it) t(ibi) t(erra) l(evis)]. Sendo esta epígrafe o único exemplo de ocorrência do nome Corocuta, não pôde ser ainda determinado o gênero desse indivíduo.

Uma inscrição emeritense⁹ afigura-se ilustrativa dessa situação, na medida em que *T. Flavius Sexticius*, um presumível liberto, presta tributo ao seu pai, *Ianuarius*, que terá mantido o estatuto de escravo. A hipótese mais aceita para esse caso é a de que o pai será escravo de *Venustus*, Emeritense (afigurando-se esta origem comum a *Venustus* e *Ianuarius*), e o filho, um liberto que obteve a manumissão do imperador, a julgar pelo prenome e gentílico (ARMANI, 2009, p. 425). Devemos ainda reconhecer que o estatuto de liberto se reveste de maior complexidade do que o de escravo, dada a posição ambígua dessa condição entre os escravos e os cidadãos romanos: não sendo o liberto um escravo, também não equivale a um indivíduo nascido livre, pois os laços de dependência do antigo patrono não são rompidos, mas substituídos por outros, cujas dinâmicas se afiguram complexas (MANGAS, 1971, p. 240; WIEDEMANN, 1981, p. 53-55; SERRANO, 1988, p. 20; HERNÁNDEZ, 2014, p. 24).

Por outro lado, também se impõe uma certa cautela ao usar o critério das profissões na identificação desses grupos: embora algumas profissões se tenham revelado mais frequentes entre escravos e libertos, não há nenhuma que possamos considerar exclusiva desse meio. Temos como exemplo a de gladiador, já que a maioria destes tinha condição escrava, embora não todos, uma vez que os homens livres também podiam se tornar gladiadores, sobretudo por carência econômica; tornando a sua situação mais complexa, pois estes passavam a ser juridicamente equiparados a escravos, embora mantivessem, tecnicamente, a sua liberdade (D'ORS, 1953, p. 57; GRANT, 1967, p. 30).

Podemos observar um desses indivíduos numa inscrição de Mérida¹⁰, que poderá ter sido de origem servil, ou simplesmente um indivíduo de origem frígia que desempenhava a profissão de gladiador. O leque de profissões em que se terá feito sentir a importância do trabalho dos grupos servis é vasto, abrangendo profissões no âmbito agropecuário e alimentício, dos têxteis, joalheria, artes e entretenimento, atividade mineira, entre outras (HELENO, 1933: 53-56; HERNÁNDEZ, 2014, p. 63-80). De fato, a epigrafia emeritense apresenta-se fértil em referências a ocupações consideradas frequentes entre escravos e libertos, incluindo vários *medici*¹¹, uma *nutrix* ou ama de leite¹² e uma mima¹³. No domínio escultórico, cabe referir uma inscrição¹⁴ que, embora desprovida de referências a ocupações, faz-se acompanhar de uma representação da personagem em questão (Fig. 1), de possível condição liberta, na qual esta é retratada tocando um instrumento musical. Já as mulheres libertas têm vindo a ser associadas aos trabalhos da lã e curtição, embora a profissão de *nutrix* fosse a mais frequente nesse grupo (HERNÁNDEZ, 2014, p. 67; 76).

⁹ CIL II 505 (Mérida, Badajoz): D(is) M(anibus) s(acrum) / Ianuarius / Venusti Eme/ritensis / ann(or)um / LXXXV h(ic) s(itus) e(st) s(it) t(ibi) t(erra) l(evis) / T(itus) Flavius Sex/ticius patri / optime merito / fecit.

10 AE 1989, 395 (Mérida, Badajoz): Q(uintus) Octaus Sper/chius Phryx / secutor ann(or)um / XXIII / h(ic) s(itus) e(st) s(it) t(ibi) t(erra) l(evis) / Acilia Auro[r]a / [f(aciendum) c(uravit)].

11 Entre os quais HEp 18, 2009, 32: Atimeto · medic(o) / M(arci) · luli · Rufini · ser(vo) · /3Nothus · discens · / C(ai) · Hei · Primi · ser(vus).

12 CIL II 545: Clovatia / C(ai) l(iberta) Irena / nutrix / in f(ronte) p(edes) XII in agr(o) / p(edes) VIII.

13 AE 1993, 912: Corne[ll]i[a] / P(ublii) · l(iberta) · Nothi[s] / secunda · mim[a] / Sollemn[s] · et / Halyi / h(ic) · s(ita) · [e(st)] s(it) · t(ibi) · t(erra) · l(evis).

14 AE 1959, 29 (Mérida, Badajoz): D(is) M(anibus) s(acrum) / Lutatia Lupata ann(or)um XVI / Lutatia Severa alumn(ae) / h(ic) s(ita) e(st) s(it) t(ibi) t(erra) l(evis).



Fig. 1. Busto de Lutatia Lupata. Fonte: EDMONDSON, 2001, p. 238, lâm. 12

Destacam-se, no entanto, as profissões ligadas à administração imperial e ao culto também da figura do Imperador, de cuja manutenção e promoção estavam incumbidos os *augustales*; sendo a *domus* imperial um ambiente especialmente propício à promoção social e enriquecimento dos libertos (BRADLEY, 1987, p. 15; WIEDEMANN, 1997, p. 41-43; JOLY, 2007, p. 9-11).

2.3. CRITÉRIOS DE ORGANIZAÇÃO DO CORPUS EPIGRÁFICO DESTE PROJETO

Tendo em conta todas as particularidades apresentadas, foram estabelecidos alguns critérios preliminares de organização do *corpus* epigráfico em que assenta este projecto, em três secções distintas:

1) Os escravos e libertos seguros, que incluem apenas aqueles claramente designados como tal, por meio das expressões *servus*, *libertus* e equivalentes; bem como de outras que remetem solidamente para a mesma ideia, como *patronus*, *conlibertus*, *conservus* etc.;

2) Os escravos e libertos que são considerados prováveis, pela conjugação dos critérios da antropônimo e profissões, detendo simultaneamente nomes orientais (SOLIN, 1982) ou latinos (KAJANTO, 1982) considerados frequentes no meio servil, sempre acompanhados de omissão da filiação e uma profissão considerada também frequente neste meio.

3) Os escravos e libertos possíveis, nos quais apenas se verifica a presença de um dos critérios acima referidos.

4) Por fim, os eventuais “incertos”, onde se incluem os indivíduos com nomes mais inusitados e escassamente registrados. Naturalmente, serão excluídos os indivíduos com nomes de reconstituição muito duvidosa, e também aqueles que, desprovidos de filiação, identificam-se com nomes latinos que não sejam frequentes no meio servil (KAJANTO, op. cit.).

3. OS TEXTOS CLÁSSICOS

Outra fonte de que dispomos para o estudo dos grupos servis são os textos clássicos, que também não se encontram isentos de problemas. Na Antiguidade, os escritos sobre escravos e libertos são escassos, devido à familiaridade dos autores com o fenômeno, que os terá levado a lhe prestar menos atenção em prol de outras temáticas dadas como mais interessantes, como as conquistas militares do Império (MANGAS, 1971, p. 26). Particularmente no caso da Hispânia, as referências afiguram-se breves e vagas, como em Plínio (*NH*, XXXVII, 203), que conta os escravos entre as principais riquezas dessa província. Um dos aspectos em que a atuação dos grupos servis se terá revelado importante é o do trabalho nas atividades econômicas; no entanto, o trabalho no mundo hispano-romano, estando bem registrado pelas fontes epigráficas e arqueológicas, conta com escassas referências literárias (HERNÁNDEZ, 2014, p. 61).

Mesmo as obras de que dispomos a respeito da vida dos escravos na Antiguidade revelam-se parciais, dada a falta de escritos lavrados por escravos ou ex-escravos sobre as suas experiências, contando muitas vezes o investigador unicamente com as perspectivas e atitudes dos donos (BRADLEY, 1987, p. 18; 1994, p. 7; ROBERTS, 2005, p. 710, s.v. “slavery”). Como tal o conceito de escravatura seria entendido mais como um recurso de comunicação com outros cidadãos do que um fenômeno sociocultural, passível de estudo e divulgação para os historiadores futuros. As referências à escravatura nessas obras devem, então, ser entendidas mais como reflexo do universo conceitual do escritor do que do mundo social em que ele viveu (WIEDEMANN, 1997, p. 11).

No entanto, vários autores clássicos fazem referência a esse fenômeno, retratando a escravatura como um elemento essencial às vivências tanto da *domus* quanto das propriedades rurais, não obstante as eventuais diferenças no papel dos escravos em âmbito urbano e rural. Autores como Catão (*Agr.* 5.2) e Varrão (*Rust.* 1.17.5-7) preconizam o fornecimento de condições propícias à eficiência e longevidade da mão de obra servil no meio rural, assegurando a prosperidade econômica da *villa*. Por seu lado, obras como a *Digesta* de Justiniano e as *Institutiones* de Gaio expõem as disposições legais que regulamentam aspectos como o da obtenção e libertação de escravos; e autores como Plínio o Velho (*NH*) e Apiano (*B. Cív.*) retratam as realidades servis como parte indissociável da evolução tanto de Roma quanto das províncias.

No plano ficcional, a obra de Petronio, *Satyricon*, constitui uma representação bem conhecida do meio servil, fornecendo, por meio do liberto *Trimalchio*, uma imagem dos libertos bem-sucedidos e

enriquecidos. Essa ascensão dos libertos encontra ainda expressão na epigrafia, atendendo à graciosidade e requinte de certos monumentos, lavrados em materiais nobres como o mármore de Estremoz-Vila Viçosa e exibindo esquemas decorativos tipicamente romanos.

4. OS DADOS ARQUEOLÓGICOS

É frequente a descoberta das epígrafes em contextos de reutilização¹⁵, nomeadamente em espaços como casas particulares e igrejas, sendo raras as inscrições às quais podemos atribuir um contexto arqueológico original. Esse é, portanto, um aspecto de análise que não poderá ser quantificado ou tratado. Contudo, alguns sítios arqueológicos têm sido objeto de extensas campanhas, que levaram não apenas a descobertas epigráficas, mas também de outros elementos da cultura material. Destacam-se, como exemplo, as *villas* da região alentejana como a de Pisões (S. Tiago Maior, Beja)¹⁶, de onde provém uma dedicatória de um escravo em contexto votivo¹⁷; e de Santa Vitória do Ameixial (Estremoz, Évora)¹⁸, que se destaca pelos mosaicos descobertos, um dos quais se crê retratar a interação entre um escravo e seu dono (ENCARNAÇÃO, 2013, p. 35), remetendo para a ubiquidade das punições corporais impostas aos escravos.

No que diz respeito ao registro arqueológico, a análise dos elementos pertinentes às atividades agrícolas afigura-se relevante, uma vez que, estando as terras da Hispânia entre as suas principais riquezas, sobressairiam a importância da mão de obra escrava para a agricultura e o valor informativo da análise dos utensílios e técnicas agrícolas para o melhor conhecimento das condições de trabalho dos escravos. No entanto, esses aspectos de análise trazem o problema da difícil distinção entre trabalho escravo e livre, dado que os cidadãos se encarregavam com frequência das mesmas funções que os escravos (MANGAS, 1971, p. 73 e 80; WIEDEMANN, 1997, p. 14).

De fato, não existem profissões exclusivamente desempenhadas por escravos, embora lhes fossem reservados os trabalhos mais perigosos e degradantes, e mesmo os diferentes papéis econômicos e sociais que os escravos desempenhavam entre si acabariam encobertos pela total ausência de direitos legais, comum a esse grupo no seu todo (WIEDEMANN, 1981, p. 7; 15). Destaca-se nesse aspecto o ambiente mineiro, sendo as minas de Vipasca (Aljustrel, Portugal) uma referência no contexto provincial, de onde provêm duas tábuas inscritas (IRCP 142 e 143), mencionando o desempenho de certas profissões como a de sapateiro (*sutor*) por indivíduos do meio servil (ENCARNAÇÃO, 2013, p. 33). Assim, no domínio da iconografia, a representação de trabalhos agrícolas ou manuais em pinturas e esculturas nem sempre aponta para a condição escrava¹⁹, como

¹⁵ Sendo esta situação especialmente frequente em cidades como Augusta Emerita (EDMONDSON, 2001, p. 112) e Pax Iulia (ENCARNAÇÃO, 2015, p. 17).

¹⁶ Cujo trabalho de referência continua a ser a obra de Ribeiro, F. (1972). A villa romana de Pisões. Beja; Comissão Municipal de Turismo, tendo sido o principal responsável pelas escavações iniciais que puseram o sítio a descoberto.

¹⁷ IRCP 290: Saluti (hedera) pro / G(aio) · Atilio · / Cordo · n(ostro) · Cat(ulus) · ser(vus) / votum · s(olvit) · a(nimo) · l(ibens).

¹⁸ Dada a conhecer pela primeira vez na publicação de Chaves, L. (1938). Estudos lusitano-romanos I. A villa de Santa Vitória do Ameixial: escavações em 1915-16. O Arqueólogo Português, Lisboa, vol. 30, p. 14-117.

¹⁹ Na pesquisa de representações do meio servil na iconografia romana, serão usados os catálogos de museus em Espanha e Portugal com coleções neste âmbito (ex. MATOS, 1995), obras de referência e enquadramento geral (BOARDMAN, 1993), obras mais específicas e referentes à difusão do modelo iconográfico de Roma nas províncias, nomeadamente as atas das Reuniones sobre escultura romana en Hispania, publicadas pela primeira vez no início da década de 1990 (NOGALES, 1993). Nesse aspecto, será feita apenas uma síntese geral dos dados obtidos, sem lugar à sua quantificação tangível, dado o

temos tendência a pensar, uma vez que essas ocupações seriam também desempenhadas por indivíduos nascidos livres.

Quanto a uma possível identificação dos escravos pela sua indumentária, não dispomos de dados sólidos que nos permitam os distinguir dos cidadãos nesse aspecto, como referido em Apiano (*B. Civ.*, 2.17), segundo o qual “um escravo veste as mesmas roupas que os seus senhores” (trad. WIEDEMANN, 1981, p. 69). Este autor refere ainda que a população em geral, com exceção dos senadores, usava o mesmo tipo de roupas, o que incluía os escravos.

A epigrafia de Mérida revela-se abundante em representações escultóricas dos indivíduos, especialmente em âmbito funerário (TRILLMICH, 2001, p. 21), que parecem corroborar esta situação: uma das epígrafes²⁰ faz-se acompanhar de um busto retratando um indivíduo de presumível origem servil, mas que se apresenta como um cidadão romano, com túnica e capa, presa sobre o ombro por uma fíbula (Fig. 2). Os libertos são um grupo especialmente representado nesses monumentos na epigrafia de Roma, dada a sua impossibilidade de recorrer ao *cursus honorum* para enaltecer o seu percurso de vida, que a representação por imagens pretende colmatar (TRILLMICH, op. cit, p. 22). Contudo, temos também certas representações de escravos em trajes mais reduzidos, frequentemente associados a essa condição, como numa lucerna da Forma 20 de Dressel, procedente de Santa Bárbara de Padrões (Beja), retratando um presumível escravo tapando uma ânfora, e envergando apenas uma espécie de saiote (Fig. 3).

foco na documentação epigráfica que, apesar dos seus problemas, constitui a fonte mais completa e fiável para o estudo dessas realidades.

20 HEp 1, 1989, 101 (Mérida, Badajoz): D(is) M(anibus) s(acrum) / Hegemoni an(norum) XXV / h(ic) s(itus) e(st) s(it) t(ibi) t(erra) l(evis) / conliberti bene merenti / fecerunt.



Fig. 2. Busto de Hegemon. Fonte: EDMONDSON, 2001, p. 235, lâm. 9.



Fig. 3. Lucerna Dressel 20. Fonte: MAIA e MAIA, 1997, p. 93.

Por fim, o tamanho e a fisionomia afiguram-se mais fiáveis indicadores de condição escrava, pois a representação destes num tamanho mais pequeno revela-se sugestiva da sua menor importância face aos cidadãos (WIEDEMANN, 1997, p. 18), como representado na Fig. 4, que retrata um escravo a massajar o pé do seu senhor. De fato, os escravos poderão ser equiparados a crianças, pelos aspectos que ambos os grupos tinham em comum, entre os quais a dependência do poder do *paterfamilias* e a impossibilidade de deterem propriedade, com exceção de um eventual *peculium* que era concedido aos escravos pelos senhores, como o mais próximo de uma remuneração pelos seus préstimos (EDMONDSON, 2011, p. 358).

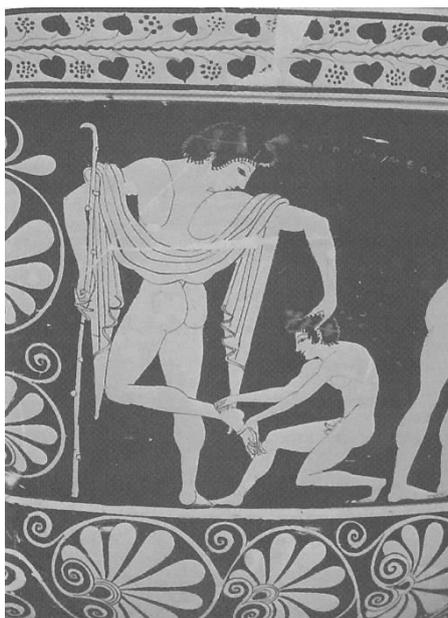


Fig. 4. Jarro ático do séc. VI a. C. Fonte: WIEDEMANN, 1997, p. 15.

ALGUMAS PERSPECTIVAS DE ANÁLISES FUTURAS

A documentação epigráfica, sendo a principal fonte informativa deste projeto, não se encontra isenta de problemas, influenciando o número de inscrições com que podemos contar para o estudo dessas realidades. Outras condicionantes, como a dispersão daquelas por várias publicações e compilações, e a prevalência de inscrições breves, relacionável com as diminutas posses econômicas dos escravos (MANGAS, 1971, p. 27-28), constituem também entraves a esse processo. O fato de os escravos não deterem suficiente capacidade aquisitiva para assegurarem a sua permanência no registro epigráfico leva-nos a pensar que terão existido muitos mais escravos na Lusitânia do que os registrados nas inscrições.

Não obstante, a documentação epigráfica continua a ser a fonte que mais nos aproxima das percepções e atitudes desses indivíduos. Sendo que cada aspecto de análise se reveste de problemas específicos, a conjugação de vários destes em simultâneo – nomeadamente a antroponímia, as profissões desempenhadas e as relações com outros personagens registradas nas epígrafes – afigura-se a melhor abordagem para retirar o máximo proveito da epigrafia como fonte informativa.

Como exemplo, constatamos que a análise dos nomes dos indivíduos traz vários desafios, mas também potencialidades. Particularmente, a análise dos gentilícios poderá trazer-nos informações sobre a vida familiar dos grupos servis, que, não obstante a falta de legitimidade jurídica, era equiparável à dos cidadãos (MANGAS, 1971, p. 131; BRADLEY, 1987, p. 48-49). Aliás, os patronos concediam por vezes a manumissão a escravas a fim de as poderem desposar. Logo, um casal com o mesmo gentilício poderá inserir-se nessa situação, ou tratar-se de um par de libertos do mesmo senhor, já que este transmitia o gentilício aos escravos depois de manumitidos. Outros critérios para a identificação dos grupos servis nas epígrafes incluem, portanto, a identidade de gentilícios nos matrimônios entre libertos e a identificação com o gentilício materno (HERNÁNDEZ, 2014, p. 21). Esse aspecto remete ainda para as particularidades do fenômeno no gênero feminino, sendo o matrimônio a principal via de integração das libertas na sociedade (HERNÁNDEZ, 2014, p. 58).

Também a análise das profissões, apesar dos problemas, poderá trazer-nos informações relevantes, se observarmos sua distribuição geográfica ao longo da província e conseguirmos estabelecer uma eventual correlação com as formas de identificação dos indivíduos (nomeadamente a origem dos nomes e a presença ou não de identificação direta como escravos ou libertos), poderemos aferir a importância dos diferentes ofícios e o peso dos grupos servis neles. Em suma, manifestando-se a importância dos grupos servis numa diversidade de aspectos além do econômico, este projeto afigura-se então fundamental para aprofundar o estudo das estruturas político-administrativas, econômicas e socioculturais da Lusitânia, desde a sua criação por Augusto, situada em finais do século I d. C., até os finais do Império Romano do Ocidente (em função das datações atribuídas às inscrições utilizadas).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AE = **L'Année Épigraphique. Revue des publications épigraphiques relatives à l'Antiquité romaine.** Paris: Presses Universitaires de France, 1888.

ALARCÃO, J. de. **O domínio romano em Portugal.** Mem-Martins: Publicações Europa-América, 2002.

ALFÖLDY, G. Die Freilassung von Sklaven und die Struktur der Sklaverei in der römischen Kaiserzeit. **Rivista Storica dell'Antichità.** Bologna, n. 2, p. 97-129, 1972.

ARMANI, S. Modesta Modesti f(ilia) pérégrine et Pacensis? Onomastique et statut dans les colonies romaines de Lusitanie. In: GORGES, J-G.; ENCARNAÇÃO, J. d'.; NOGALES, T.; CARVALHO, A. (Coord.). **Lusitânia Romana: Entre o mito e a realidade.** Actas da VI Mesa-redonda Internacional (4 a 6 de Novembro 2004). Cascais: Câmara Municipal, 2009.

BOARDMAN, J. (Ed). **The Oxford history of Classical Art.** New York: Oxford University Press, 1993.

BRADLEY, K. **Slavery and society at Rome.** Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

_____. **Slaves and masters in the Roman Empire. A study in social control.** New York: Oxford University Press, 1987.

CIL II = HÜBNER, E. **Corpus Inscriptionum Latinarum II. Inscriptiones Hispaniae Latinae.** Berlim: G. Reimer, 1869.

CRESPO, S. Corpus de inscripciones sobre la esclavitud infantil en Hispania romana. **Hispania Antiqua.** Valladolid, n. 33-34, p. 57-83, 2009-10.

D'ORS, A. **Epigrafía jurídica de la España romana.** Madrid: Instituto Nacional de Estudios Jurídicos, 1953.

EDMONDSON, J. Slavery and the Roman family. In: BRADLEY, K.; CARTLEDGE, P. (Eds). **The Cambridge World History of Slavery. Vol. 1. The Ancient Mediterranean World.** Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

_____. El redescubrimiento de los monumentos funerarios con retrato. Siglos XVI-XX. In: EDMONDSON, J.; NOGALES, T.; TRILLMICH, W. (Eds). **Imagen y memoria. Monumentos funerarios con retratos en la Colonia Augusta Emerita.** Madrid: Real Academia de la Historia y Museo Nacional de Arte Romano, 2001.

_____. Catalogue of funerary monuments with portraits. In: EDMONDSON, J.; NOGALES, T.; TRILLMICH, W. (Eds). **Imagen y memoria. Monumentos funerarios con retratos en la Colonia Augusta Emerita.** Madrid: Real Academia de la Historia y Museo Nacional de Arte Romano, 2001.

ENCARNAÇÃO, J. Sociedade e cultura em Pax Iulia através da epigrafia. In: GÓMEZ, S.; MACIAS, S.; LOPES, V. (Coord.). **O Sudoeste Peninsular entre Roma e o Islão.** Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, 2015.

_____. O quotidiano numa aldeia mineira romana. **Vipasca**. Aljustrel, n. 4 (2ª série), p. 33-37, 2013.

_____. **Inscrições romanas do conventus Pacensis**: Subsídios para o estudo da romanização. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1984. (Tese de Doutoramento em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras) - Universidade de Coimbra, Coimbra, 1984.

FABRE, G. **Libertus. Recherches sur les rapports patron-affranchi à la fin de la République Romaine**. Paris: E. de Boccard, 1981.

_____. Les affranchis et la vie municipale dans la Péninsule Ibérique sous le Haut-Empire: Quelques remarques. In: AAVV. (Eds.). **Actes du Colloque sur l'Esclavage (IV Colloque du Groupe International de Recherches sur l'Esclavage dans l'Antiquité, Besançon, 1973)**. Paris: Les Belles Lettres, 1976.

FABRE, G.; ÉTIENNE, R. Recension a Julio Mangas Manjarrés, Esclavos y libertos en la España Romana. **Archivo Español de Arqueología**. Madrid, n. 49 (133-34), p. 211-224, 1976.

FINLEY, M. **Ancient slavery and modern ideology**. Harmondsworth: Penguin Books, 1992.

GORGES, J.-G.; NOGALES, T. (Coord.). **Sociedad y cultura en la Lusitania romana. IV Mesa-redonda Internacional**. Mérida: Editora Regional de Extremadura, 2000.

GRANT, M. **Gladiators**. London: Weidenfeld & Nicolson, 1967.

HELENO, M. **Os escravos em Portugal**. Lisboa: Empresa do Anuário Comercial, 1933.

HEp = **Hispania Epigraphica**. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 1989.

HERNÁNDEZ, L. **Los libertos de la Hispania romana**: Situación jurídica, promoción social y modos de vida. Salamanca: Universidad de Salamanca, 2014.

JIMÉNEZ, M. Metodología para determinar los colectivos serviles en Augusta Emerita: La relación nomen unicum-esclavo y los libertos con onomástica latina. **Revista de Estudios Extremeños**. Badajoz, n. 53, p. 741-766, 1997.

JOLY, F. D. A escravidão no centro do poder: Observações acerca da família Caesaris. **Fênix - Revista de História e Estudos Culturais**. Uberlândia, v. 4, n. 1, p. 1-11, 2007.

_____. **A escravidão na Roma antiga**: Política, economia e cultura. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2005.

KAJANTO, I. **The Latin Cognomina**. Roma: Giorgio Bretschneider Editore, 1982.

LÓPEZ, P. **Epigrafía latina. Las inscripciones romanas desde los orígenes al siglo III d. C.** Santiago de Compostela: Tórculo Ediciones, 1993.

MAIA, M.; MAIA, M. **Lucernas de Santa Bárbara**. Castro Verde: Ed. Cortiçol, 1997.

MANGAS, J. **Esclavos y libertos en la España romana**. Salamanca: Universidad de Salamanca, 1971.

MATOS, J. L. **Inventário do Museu Nacional de Arqueologia**: Coleção de escultura romana. Lisboa: Instituto Português de Museus, 1995.

MORALES, E. Algunas reflexiones en torno a la distribución geográfica de Augustales en la Península Ibérica. In: AAVV. (Coord.). **Jerarquías religiosas y control social en el mundo antiguo. Actas del XXVII Congreso GIREA-ARYS IX (Valladolid, 7-9 de noviembre 2002)**. Valladolid: Universidad/Secretariado de Publicaciones e Intercambio Editorial, 2004.

NOGALES, T. (Ed.). **Actas de la I Reunión de Escultura romana en Hispania (Mérida, 1992)**. Madrid: Ministerio de Cultura, 1993.

PINTADO, J. A. Augustalidad, sevirato y evergetismo: Aproximación a la promoción social de los libertos en Lusitania. **Vipasca**, Aljustrel, n. 7, p. 43-50, 1998.

ROBERTS, J. (Ed.). **The Oxford Dictionary of the Classical world**. New York-Oxford: Oxford University Press, 2005.

RODRIGUEZ, F; GORGES, J-G. (Coord.). **Économie et territoire en Lusitanie romaine. III Table-ronde Internationale**. Madrid: Casa de Velázquez, 1999.

SERRANO, J. M. **Status y promoción social de los libertos en Hispania romana**. Sevilla: Secretariado de Publicaciones de la Universidad de Sevilla, 1988.

SOLIN, H. **Die griechischen Personennamen in Rom: Ein Namenbuch**. Berlin/New York: Walter de Gruyter, 1982.

TEIXEIRA, S. A actuação votiva dos grupos de origem servil no Sul da Lusitânia. In: MORAIS ARNAUD, J.; MARTINS, A. (Eds.). **Arqueologia em Portugal 2017**: Estado da questão. Actas do II Congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2017.

TRILLMICH, W. De altar a tabernáculo: Evolución tipológica y artística de un modelo de representación funeraria. In: EDMONDSON, J.; NOGALES BASARRATE, T.; TRILLMICH, W. (Eds). **Imagen y memoria. Monumentos funerarios con retratos en la Colonia Augusta Emerita**. Madrid: Real Academia de la Historia y Museo Nacional de Arte Romano, 2001.

WESTERMANN, W. L. **The slave systems of Greek and Roman Antiquity**. Philadelphia: The American Philosophical Society, 1955.

WIEDEMANN, T. **Slavery**. Oxford: Oxford University Press, 1997.

_____. **Greek and Roman slavery**. London: Croom Helm, 1981.